



## Ata da IV Reunião Extraordinária do CBH Santo Antônio-MG

1 Aos treze dias do mês de maio de dois mil e onze, às nove horas da manhã, no  
2 auditório da Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira - FUNCESI,  
3 localizado no município de Itabira/MG, reuniram-se os conselheiros do Comitê da  
4 Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio-MG para a realização da IV Reunião  
5 Extraordinária. Antecedendo a abertura da sessão, foi realizada a primeira  
6 verificação do quorum, onde foram contabilizados 26 (vinte e seis) conselheiros  
7 presentes. A mesa foi constituída pelo PE. Élon Vital dos Reis (Cáritas Diocesana)  
8 – Presidente do CBH Santo Antônio-MG; Sra. Débora de Viterbo dos Anjos Oliveira  
9 (IGAM) – Vice-Presidente; Sr. Arnaldo Edgard Lage da Silva (Prefeitura de Itabira) -  
10 primeiro-secretário; Sr. José Roberto Centeno Cordeiro (Anglo Ferrous) – segundo-  
11 secretário. O PE. Élon dos Reis iniciou a reunião dando as boas vindas aos  
12 conselheiros, em seguida fez a **leitura das justificativas** dos Srs. Dirceu Thomaz  
13 Rabelo e Wellington Soares de Lima (Prefeitura de Dom Joaquim), Luiz Augusto  
14 Moysés de Magalhães (Prefeitura de Santa Maria de Itabira), Giordani Oliveira  
15 Ottone (ASPRENARSA) e Antônio Rigueira Hissa (Funil Energia), as justificativas  
16 foram aprovadas pela plenária. Em seguida PE. Élon passou para as  
17 **comunicações da ordem do dia: 1º - Pleitos de Outorga da Vale** - ele perguntou  
18 se será deliberado pela plenária ou se irá encaminhar para o Conselho Estadual de  
19 Recursos Hídricos (CERH). Sr. Felipe Pedro (Sindicato Metabase) disse que no  
20 parecer técnico da SUPRAM as outorgas seriam deliberadas pelo CBH Piracicaba.  
21 Sr. Arnaldo Silva disse que poderia se tratar de um erro de digitação, pois as áreas  
22 se localizam na bacia do Santo Antônio. Sr. José Estevam da Silva conta que se  
23 trata de depósitos muito antigos, sem grandes problemas e que não seria bom  
24 remeter ao IGAM uma outorga simples e fácil, e que uma outra opção seria a CTIL e  
25 a CTOC, juntas, fazerem o estudo da outorga e sugerir a aprovação AD  
26 REFERENDUM, uma vez que o regimento interno permite essa prática. O Sr.  
27 Leonardo Mitre (Anglo Ferrous) disse que o AD REFERENDUM não seria uma



## Ata da IV Reunião Extraordinária do CBH Santo Antônio-MG

28 aprovação formal, pois antes do dia 06/06 (dia que se encerra o prazo para  
29 deliberação) teria que fazer um reunião ordinária para referendar. Sr. Nívio Dutra  
30 (IGAM) disse que participou dos processos de licenciamentos há alguns anos e que  
31 a Vale está regularizando as outorgas. A Sra. Isabela Cançado (P.M. de Dores de  
32 Guanhães) relatou que concorda com o Sr. Estevam, pois não se sente a vontade  
33 de votar um processo de outorga que não conhece bem, e que o Comitê poderia  
34 emitir um documento com a análise da CTIL e CTOC. Sr. Júlio Pessoa (CREA-  
35 Itabira) disse que a área está na barragem Santana que é um grande impacto na  
36 bacia do Santo Antônio. Sr. Leonardo Mitre sugeriu uma reunião conjunta entre as  
37 Câmaras e o que decidirem encaminhariam ao CERH. Sr. Estevam da Silva disse  
38 que como tem que ter a decisão da plenária não adiantaria a aprovação somente  
39 das câmaras técnicas e sugeriu que se fizesse uma visita na área. Foi sugerida uma  
40 votação com as opções levantadas, para que definissem a questão das outorgas:  
41 opção 1 – Encaminhar os pleitos de outorgas ao CERH; 2 – Deliberar “*ad*  
42 *referendum*” conforme análise e decisão das Câmaras Técnicas. 3 – Emitir um  
43 documento com a decisão das Câmaras Técnicas. A votação foi nominal sendo que  
44 a opção 1 (um) obteve 8 (oito) votos, opção 2 (dois) obteve 11 (onze) votos e a  
45 opção 3 (três) obteve 7 (sete) votos. O primeiro-secretário fez o relato das **assuntos**  
46 **a deliberar**. O primeiro foi a **aprovação da Ata da XXVIII Reunião Ordinária**. A  
47 Sra. Isabela Cançado solicitou algumas alterações: 1º - na linha 27 fosse alterado o  
48 seu questionamento, ao invés de “...reunião do dia 13 de maio seria para a  
49 *deliberação das outorgas da Vale, deliberação sobre a cobrança dos recursos*  
50 *hídricos na bacia do Santo Antônio e a aprovação do Edital para Agência de Bacias*  
51 *do Rio Doce...*” passaria a ser “...reunião do dia 13 de maio seria só para a  
52 *deliberação das outorgas da Vale...*”. 2º - Na linha 40 fosse incluído “A Sra. Isabela  
53 Cançado sugeriu que as reuniões fossem gravadas.” 3º - Linha 184 – Incluir o nome  
54 do Sr. Júlio César Merlim Gomes na Comissão de Análise do PARH. 4º - Linha 219,



## Ata da IV Reunião Extraordinária do CBH Santo Antônio-MG

55 ao invés de “...Comitê não tem autonomia...” seria “...Comitê não tem tempo...”. 5º  
56 Linha 226 – Ao invés de “...existia um prazo e este não foi cumprido.” seria “...existia  
57 um prazo previsto no edital e este não foi cumprido”. 6º Linha 235 – fosse incluído  
58 seu voto contrário na votação de inclusão do DER-MG. A Sra. Débora de Viterbo  
59 solicitou que na linha 170 fosse alterado “...concluiu que não se deve...” para  
60 “comentou que não se deve...”. A Sra. Tereza Cristina – Tininha (ADDAF) solicitou  
61 inclusão na linha 15 de “ao Comitê”, linha 17 incluísse “...Minas Gerais em relação  
62 aos empreendimentos de Pequenas Centrais Hidrelétricas na Bacia do Santo  
63 Antônio e disse...”, linha 22 ao invés de “*discussão integrada e que a análise está*  
64 *sendo viabilizada por Viçosa*” para “discussão integrada e que está tendo assessoria  
65 de técnicos da Universidade Federal de Viçosa.”, e linha 23 incluir “...assuntos e  
66 convidou a todos para a reunião”. As ressalvas foram atendidas e modificadas na  
67 ata, que foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo com a pauta, Sr. Arnaldo Silva  
68 passou a palavra para a Sra. Lilian Domingues (IGAM) e para a comissão formada  
69 para análise do PARH para discussão e **Apreciação da DN 05/5009 – Aprova o**  
70 **PIRH Bacia Hidrográfica Doce e PARH Bacia Hidrográfica Santo Antônio**. Sra.  
71 Isabela Cançado disse que a comissão não se reuniu mas que cada integrante fez a  
72 leitura e sugere que cada um faça um relato. Sra. Lilian Domingues falou que está  
73 desde 2006 acompanhando o Comitê e que neste momento está a disposição para  
74 os esclarecimentos quanto a análise do PIRH e do PARH. Sr. Júlio Gomes destacou  
75 alguns pontos em relação a leitura que fez, como o quadro 24, na p. 58 do PARH,  
76 “Referencial dos desejos manifestos da bacia”, que só o Santo Antônio não priorizou  
77 seus desejos e quando não é identificado alguém identifica sem critérios, outra  
78 questão seria do quadro 26, p. 64 “Classificação das metas quanto a sua relevância  
79 e urgência”, segundo ele a meta nº 2.8 “Difusão de tecnologias implantada” estaria  
80 com relevância média e para ele é considerada prioritária para o Santo Antônio, uma  
81 terceira questão levantada pelo Sr. Júlio seria do quadro 33 “Intervenções previstas



## Ata da IV Reunião Extraordinária do CBH Santo Antônio-MG

82 para a UPGRH DO3 e bacia do rio Doce”, algumas ações propostas teriam seu  
83 recurso previsto através de critérios como o de população. Sra. Isabela disse que  
84 vários dados estão equivocados, que houve uma omissão do comitê e sugere que  
85 cada município faça uma revisão e depois encaminhe para alteração. Sra. Tereza  
86 Cristina disse que o Comitê não foi omissivo, o que aconteceu é que o comitê tinha  
87 outras propostas de trabalho naquela época, como a própria agência de bacia e o  
88 consórcio intermunicipal. Sr. Paulo Procópio acrescenta que o Comitê não se  
89 posicionou e isso no documento consta como omissão. Sr. Felipe Pedro defendeu  
90 que o comitê não foi omissivo, pois sempre participou e que algumas vezes as  
91 reuniões não tinham quorum, por isso as deliberações não eram realizadas, disse  
92 também que o plano foi feito em 2008 e que muita coisa já foi mudado sugerindo  
93 assim, a votação do mesmo. Sr. Leonardo Mitre relatou que naquela época o comitê  
94 pensou em fazer um plano separado do Doce e com o tempo essa decisão foi sendo  
95 modificada e que o interesse do Comitê hoje é estar integrado e sugere que seja  
96 feito um documento que explique como foi este processo de adesão ao plano. Sr.  
97 Leonardo também fez uma observação quanto aos mapas, tabelas, figuras  
98 existentes no PARH, que foram extraídas do PIRH, e não constam fontes. Para  
99 esclarecer todas as questões levantadas a Sra. Lilian Domingues informou que o  
100 CBH Santo Antônio se manifestou favorável a elaboração do Plano Integrado no dia  
101 27/06/2008, conforme a própria deliberação “*ad referendum*” – mesma época em  
102 que os trabalhos de elaboração do PIRH e PARHs estavam sendo iniciados. Além  
103 disso, possui o calendário de todas as reuniões realizadas para consulta, incluindo  
104 as reuniões públicas, em que houve expressiva participação na bacia. Foram  
105 indicados pelo CBH cinco representantes para participação no GAT e estes também  
106 tiveram uma boa participação, faltando em apenas 4 das 15 reuniões realizadas,  
107 com ênfase para a ex-conselheira Sra. Mariinha que participou do começo ao fim. A  
108 Sra. Lilian continua informando que todos os estudos foram feitos com dados



## **Ata da IV Reunião Extraordinária do CBH Santo Antônio-MG**

109 municipais (IBGE, IGA e outros), por UPGRH e que o plano de recursos hídricos é o  
110 PIRH mais o PARH e estes devem ser trabalhados juntos. Ela prossegue dizendo  
111 que todas as questões de mineração, agropecuária, geração de energia hidrelétrica  
112 foram estudados. Quanto aos comentários da comissão, Sra. Lilian, primeiro, faz  
113 referência ao diagnóstico, lembrando que o plano é um instrumento de gestão  
114 previsto na legislação para implementação da política de recursos hídricos e que  
115 além de haver a prerrogativa de revisão na legislação e no próprio Plano, pode-se  
116 rever o nível de prioridade das metas a qualquer momento, tendo em vista as  
117 variações políticas, sociais e econômicas que envolvam a bacia. O Plano não é  
118 engessado, sugerindo para isso que a comissão continue mobilizada para a  
119 formação de uma câmara técnica que acompanhe a implementação das ações e  
120 levante gradualmente as alterações a serem feitas para quando houver a revisão do  
121 plano. Ela lembra que quando tiver a agência de bacias tudo isso poderá ser  
122 facilitado, visto que todos os mapas e informações produzidas estão contidos no  
123 SIG-PLANO que foi elaborado para toda a bacia do Doce, cujas informações  
124 poderão ser complementadas a medida que novos dados sejam produzidos.  
125 Ressaltou que o instrumento já vem sendo utilizado e que a partir do plano já estão  
126 sendo articuladas estratégias para resolver os problemas de saneamento junto aos  
127 municípios. Quanto ao posicionamento do CBH Santo Antônio no TDR, lembrou que  
128 na época da sua consolidação, não houve a manifestação do CBH, conforme  
129 relatado anteriormente pelos próprios conselheiros, mas ressaltou que a elaboração  
130 do plano foi feita com base em dados oficiais para todas as UPGRHs, sendo  
131 consideradas as solicitações feitas pelo GAT e através das reuniões públicas. Este  
132 fato foi elucidado no Plano, mas entende que por questões gramaticais o texto ficou  
133 no rodapé, o que pode ter dado margem para interpretações diversas, mas isso  
134 poderá ser resolvido através de uma errata colocando um parágrafo no texto.  
135 Quanto a falta de compromisso alegada pelos conselheiros, ela relembra que o



## Ata da IV Reunião Extraordinária do CBH Santo Antônio-MG

136 Comitê tem muita responsabilidade na implementação da política de recursos  
137 hídricos, que os membros respondem pela bacia e quando forem indicados para  
138 representar o CBH em qualquer ocasião, estes deverão dar o devido retorno. Além  
139 disso, a plenária deve cobrar tal retorno. Também comenta que o IGAM e o Comitê  
140 sozinhos não vão conseguir implementar o plano por isso tem que haver integração  
141 e articulação, não só entre os demais CBHs que compõem a bacia do rio Doce, mas  
142 com as diversas Secretarias e Políticas existentes, conforme previsto nos Programas  
143 e Ações do PIRH. Em relação ao quadro 24 da p. 58 e as fontes não evidenciadas  
144 no PARH ela sugere fazer uma errata para que não pareça omissão, ressaltando a  
145 participação do GAT e as reuniões públicas e as fontes tendo sido extraídas dos  
146 volumes do PIRH. Quanto ao enquadramento Sra. Lilian disse que os primeiros  
147 planos não tinham enquadramento mas no caso do Doce foi feito um aditivo, com a  
148 revisão do Enquadramento da bacia hidrográfica do rio Piracicaba, verificando se os  
149 usos foram modificados e com proposta de um Plano de Efetivação. Para as demais  
150 UPGRHs foi dado um primeiro passo, com a elaboração de um enquadramento  
151 macro, com base em dados, imagens e estudos existentes, para auxiliar nas  
152 proposições das metas e programas do Plano de Recursos Hídricos. Sra. Lilian  
153 sugere que a comissão não perca o trabalho feito até agora, formalizando as  
154 mudanças a serem feitas futuramente, mas ressaltou que esses dados não  
155 comprometem as metas já estabelecidas pelo plano. Ao final passou cada parágrafo  
156 da DN 05/2009 *ad referendum*, evidenciando o atendimento no PIRH e no PARH  
157 das questões consideradas no documento. Após esses relatos, o PIRH e PARH  
158 foram colocados em votação e foram aprovados por unanimidade. Seguiu-se com  
159 pauta para a **Apreciação da DN que aprova a Cobrança pelo uso dos Recursos**  
160 **Hídricos na Bacia do Rio Santo Antônio**, antes, foram apresentados os novos  
161 presidentes da CTOC – José Estevam da Silva (Prefeitura de Itabira) e CTIL – José  
162 Gonçalves (SAAE), eles agradeceram e disseram que vão trabalhar juntos, apoiando



## Ata da IV Reunião Extraordinária do CBH Santo Antônio-MG

163 o Comitê. Sr. José Estevam disse que a deliberação em questão já foi aprovada na  
164 Câmara do Doce e que na próxima semana iria ser votada no Conselho Estadual,  
165 em seguida fez a explanação da deliberação. No art. 5º §2º, Sr. José Estevam  
166 relatou que as câmaras reunidas, no dia anterior, sugeriram dar um desconto para o  
167 setor agropecuário em 40 vezes menos, ele falou que o Doce optou por este valor  
168 de desconto e que fica sujeito à plenária a decisão, a outra opção seria 20 vezes  
169 menos. No Art. 11, Sr. José Estevam disse que chegou-se a tabela, dos valores  
170 estabelecidos para os Preços Públicos Unitários (PPU) de cobrança pelo uso de  
171 recursos hídricos, depois de muitas negociações e lembra que também foi  
172 apresentado no Conselho Nacional. Sr. Gisleno Castro (P.M. de Belo Oriente)  
173 lembra que todo o custo será passado para o consumidor. Sr. José Gonçalves  
174 explica que os valores definidos para a deliberação serão em caráter experimental e  
175 que com o passar do tempo podem haver mudanças. PE. Élson coloca em votação o  
176 art. 5º, §2º (valor do  $K_t$  para os usos agropecuários) - o valor de 0,025 (40 vezes  
177 menos) foi aprovado por unanimidade. Em seguida segue para votação do art. 11º  
178 (PPU<sub>cap</sub> para captação de água subterrânea), as opções foram 10% e 15%, a opção  
179 10% recebeu 17 (dezessete) votos, a opção 15% recebeu 8 (oito) votos, houve 1  
180 (uma) ausência. A DN em seu texto completo foi aprovada por unanimidade. Sr.  
181 Rander Tostes (CEMIG) disse que este é um momento histórico para o Comitê.  
182 **Assuntos Gerais** – Sra. Débora de Viterbo disse que o edital de Agência foi  
183 aprovado “*ad referendum*” na última plenária, mas que este não será encaminhado e  
184 na prática não vai haver problemas. Sra. Isabela Cançado pediu a palavra e expôs  
185 que não aprova como o DER-MG está entrando no Comitê, que pelo seu  
186 entendimento a situação era ilegal e solicitou que fosse avaliada a decisão da  
187 plenária. Ela sugeriu à diretoria que encaminhasse o assunto para a CTIL analisar  
188 ou que abrisse um edital para composição do Poder Público Estadual – P.P.E. Sra.  
189 Lilian Domingues disse que pode-se usar a CTIL para essa análise e que a falta do



## **Ata da IV Reunião Extraordinária do CBH Santo Antônio-MG**

190 P.P.E. é considerado um gargalo tanto neste, quanto em outros Comitês e que já foi  
191 solicitado à procuradoria do IGAM um posicionamento sobre esta questão. PE. Élson  
192 sugere que seja votado qual o procedimento que o Comitê deve seguir diante da  
193 situação: 1 – aguardar o Parecer Jurídico, para ver se modo como o Comitê está  
194 incluindo o DER-MG está legal ou 2 – Encaminhar para a CTIL analisar. Foram  
195 computados 10 (dez) votos a favor da opção 1 e 12 (doze) votos a favor da opção 2,  
196 tiveram 4 ausências. Sra. Tininha falou sobre o abaixo assinado, organizado pela  
197 ADDAF – “SOS Ferros”, contra as barragens – PCHs em fase de análise e  
198 licenciamento e disse que na reunião que acontecerá no dia 21/05, em Ferros, irá  
199 passar o formulário oficial. Sra. Lilian pede a palavra para dar alguns informes: 1 –  
200 Dias 25 e 26 de maio haverá o XVIII Fórum Mineiro de Comitês de Bacias em  
201 Paracatu/MG e simultaneamente haverá uma capacitação para as secretárias de  
202 Comitês de Bacias. Essa ação está dentro de um Programa de fortalecimento  
203 institucional dos Comitês a ser realizado pelo IGAM. 2 – Em relação ao recurso de  
204 7,5% do FHIDRO que era disponibilizado para as ONG's indicadas pelos Comitês,  
205 foi enfatizado que o Decreto do Fhidro prevê o repasse para a Agência de Bacia ou  
206 Entidade Equiparada e que no caso das bacias afluentes ao rio Doce, cujo Edital de  
207 Agências já está tramitando, o repasse poderia ser feito para a Agência. 3 – Haverá  
208 um curso, no dia 1º de Junho, de capacitação sobre Gestão, Execução e Prestação  
209 de Contas de Convênio, onde cada Comitê deverá indicar um representante. 4 –  
210 Conforme DN CERH nº. 231/2010, foi criado um Grupo de Trabalho no âmbito do  
211 Conselho Estadual para definição de critérios de avaliação dos Comitês de bacias  
212 para atender ao repasse de recursos previsto no Decreto nº. 45.230/2009. Foram  
213 realizadas três oficinas com representantes dos CBHs para iniciar a discussão,  
214 conforme demanda do Fórum Mineiro. Foram incluídas, entre outras questões, o  
215 cumprimento dos atos formais previstos aos CBHs, do plano de trabalho e realização  
216 de uma auto-avaliação que mostrará onde o Comitê precisará de melhorias e para



## Ata da IV Reunião Extraordinária do CBH Santo Antônio-MG

217 que o IGAM através da GECBH – Gerência de Apoio aos Comitês possa ajudar.  
218 Este trabalho será finalizado pelo GT em agosto/2011. Ao final, a Sra. Lilian  
219 esclareceu que o CBH, assim como o IGAM, a SEMAD e o CERH, faz parte do  
220 Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que foram criados com  
221 diversas competências que devem ser cumpridas. Por esta razão, a pressão e o  
222 constante apoio do órgão gestor e demais órgãos do SEGRH é para que os Comitês  
223 cumpram, da melhor maneira possível, o seu papel na gestão das águas das  
224 respectivas bacias, garantindo o processo participativo, para que não parem no  
225 tempo em função das discontinuidades ocorridas em processos eleitorais e façam  
226 cumprir a Política Estadual de Recursos Hídricos. Nada mais havendo a tratar, eu  
227 Arnaldo Edgard Lage da Silva, primeiro-secretário do CBH Santo Antônio, lavrei a  
228 presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo presidente.

Arnaldo Edgard Lage da Silva  
**Primeiro Secretário do CBH  
Santo Antônio-MG**

PE. Élson Vital dos Reis  
**Presidente do CBH  
Santo Antônio-MG**

229